

A nova casa da direita: “Deus, Pátria, Família” e os discursos conservadores sobre gênero e sexualidade na fronteira

Thiago Benitez de Melo¹

Resumo: Por décadas, desde a patologização da homossexualidade no século XIX, os sujeitos não-heterossexuais e não-cisgêneros se viram forçados a manter seus afetos e práticas sexuais no subterrâneo, aprisionando seus desejos no armário para não sofrerem sanções punitivas dos mais diversos instrumentos de poder. Na contemporaneidade, com a intensificação da globalização e, consequentemente, com a imensa difusão de discursos conservadores de extrema direita, inúmeros sites e aplicativos de relacionamentos surgiram como uma “nova” estratégia de anonimato e discrição para que os corpos de sexualidades dissidentes possam manter suas práticas no sigilo. O objetivo deste artigo, deste modo, é propor uma análise linguística e cultural sobre gênero-sexualidade a partir dos discursos heteronormativos e conservadores em contexto de fronteira, os quais forçam alguns sujeitos a permanecerem no “regime do armário”. O encaminhamento metodológico utilizado para a análise dos dados busca romper com as fronteiras e limites disciplinares, em direção a uma perspectiva inter/trans/indisciplinar. Para isso, este artigo está amparado nas perspectivas epistemológicas dos Estudos da Linguagem e da Teoria Crítica do Discurso dos Estudos Culturais e Antropológicos e da Sociologia.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Conservadorismo. Fronteira. Homofobia.

¹ Possui doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste. Pela mesma instituição, é mestre em Letras e graduado em Letras Português-Espanhol, além de ser especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atua como docente nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras e licenciaturas na Unioeste e UDC. E-mail: thiago_benitez@hotmail.com

The new house of the right: “God, Country, Family” and conservative discourses about gender and sexuality on the border

Abstract: For decades, since the pathologization of homosexuality in the 19th century, non-heterosexual and non-cisgender subjects have been forced to keep their affections and sexual practices underground, imprisoning their desires in the closet so as not to suffer punitive sanctions from the most diverse instruments of power. In contemporary times, with the intensification of globalization and, consequently, with the immense diffusion of far-right conservative discourses, numerous dating sites and applications have emerged as a “new” strategy of anonymity and discretion so that bodies of dissident sexualities can maintain their practices in secrecy. The objective of this article, therefore, is to propose a linguistic and cultural analysis of gender-sexuality based on heteronormative and conservative discourses in a border context, which force some subjects to remain in the “closet regime”. The methodological approach used for data analysis seeks to break with disciplinary borders and limits, towards an inter/trans/indisciplinary perspective. To this end, this article is supported by the epistemological perspectives of Language Studies and Critical Discourse Theory of Cultural and Anthropological Studies and Sociology.

Keywords: Gender and sexuality. Conservatism. Border. Homophobia.

Introdução

“Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mãos dadas e derem beijinho, desvaloriza”. Essa foi parte da fala de Jair Messias Bolsonaro, em 2011, em entrevista cedida a uma grande revista de circulação nacional. (Bolsonaro *apud* Carta Capital, 2018). Os discursos do ex-presidente brasileiro de extrema-direita representam, inegavelmente, inúmeras esferas de setores conservadores no país, cujas ideologias defendem atos homofóbicos de opressão, violência, tortura e, até mesmo, assassinato,

como notamos em outra fala sua na entrevista referida: “Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (Bolsonaro *apud* Carta Capital, 2018).

Esses discursos podem gerar, de fato, ações antidemocráticas/anticonstitucionais como movimentos de forte cunho neofascista, compreendido por Santos (2016) como fascismo social, isso porque as falas propagadas por um chefe de Estado não é um pronunciamento neutro e inocente, mas sim discursos que agem e produzem efeitos, pois criam e recriam o mundo social (Camargo, 2019). A linguagem, ao ser ecoada no tempo-espço, protagoniza a produção de significados e entendimentos nas práticas socioculturais. Por isso, os enunciados do presidente, que incitam o terror moral regido por fundamentalismos religiosos radicais (Moita Lopes, 2020), vão em direção a uma política de morte sobre corpos dissidentes (Bento, 2006), uma necropolítica, colocando os sujeitos por ele narrados como infames ou, como diria Butler (2019, p.17), “corpos que não importam”, descartáveis (Mbembe, 2018).

Os resultados de discursos opressores, coercitivos e reguladores como estes, controladores do poder (Foucault, 1996), podem ser vistos por todos os cantos do país, levando em consideração, por exemplo, os altos índices de atos LGBTfóbicos por todo o país. Segundo “o Relatório Mundial da entidade *Transgender Europe*, de 325 assassinatos de pessoas transexuais registados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% ocorreram no Brasil” (Fundo Brasil, 2021), tornando o país o que mais mata pessoas trans no universo alcançado pelo monitoramento, em números absolutos. Além disso, o relatório ainda mostrou, em 2020, uma média de 4 crimes de LGBTfobia por dia, considerando casos de lesão corporal (1.169), homicídio (121) e estupro (88) motivados por intolerância (Mendes, 2022). E os controles não se estabelecem apenas pelo autoritarismo exposto, mas, sobretudo, pelo apagamento e silenciamento tácito (Foucault, 1996).

Em decorrência disso, os sujeitos não-heterossexuais e não-cisgêneros (pertencentes à comunidade LGBTQIAPN²) foram praticamente forçados a manter seus desejos, afetos, amores, práticas sexuais, tesões e paixões no silenciamento para não sofrerem represálias, com relações sigilosas (subterrâneas) e, ao mesmo tempo, mantendo ações

² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais, *Queers*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Pessoas Não-binárias e outras orientações sexuais e pertencimento de gênero.

clandestinas que foram colocadas bem longe dos olhares fiscalizadores da sociedade: becos, bosques escuros, banheiros de praças e rodoviárias, saunas, *dark rooms* etc. (Perlongher, 2008). As relações homossexuais, então, passaram a se realizar no privado, no ocultamento social (Green, 1999), em locais escondidos para não sofrerem sanções punitivas dos mais diversos instrumentos de controle e poder: estado, leis, religião, família, escola, ciência, entre outros.

Já na contemporaneidade, com a intensificação da globalização capitalista nos anos 2000, inúmeros sites e aplicativos de relacionamentos surgiram; dentre eles, redes sociais de namoro, cuja lógica de encontro aparenta também operar de maneira subterrânea, já que, em tais aplicativos, os usuários têm a opção de não se identificarem, caso queiram evitar represálias ou injúrias, mantendo-se no silenciamento, afinal, “em uma sociedade arraigada em valores heteronormativos, nem todo homem que se relaciona afetivo-sexualmente com outro homem se sente confortável em declarar publicamente suas práticas homossexuais ou autodenominar-se gay” (Medeiros, 2018, p. 14).

Dito isto, o objetivo deste artigo é propor uma análise linguística e cultural sobre gênero-sexualidade a partir dos discursos heteronormativos e conservadores em região de fronteira, os quais forçam sujeitos de corpos dissidentes a permanecerem no “regime do armário” (Sedgwick, 2007), especialmente em um “armário de vidro” (Zago, 2016), visto que muitas dessas pessoas utilizam os aplicativos de relacionamentos para a materialização de seus desejos e fugir dos “olhos fiscalizadores” da sociedade (Foucault, 1988).

O encaminhamento metodológico utilizado para a análise dos dados busca romper com as fronteiras e limites disciplinares, em direção a uma perspectiva inter/indisciplinar (Moita Lopes, 2006). Para isso, este artigo está amparado nas perspectivas epistemológicas dos Estudos da Linguagem e da Teoria Crítica do Discurso (Fairclough, 1992; Moita Lopes, 2002), dos Estudos Culturais e Antropológicos (Bauman, 2001; Bhabha, 2003; Canclini, 2011; Hall, 2006; Silva, 2012) e da Sociologia (Becker, 2008; Foucault, 1988; Miskolci, 2017; Pollak, 1989).

1. Corpo, Gênero e Performance: Apagamento das Sexualidades Dissidentes na Fronteira

Em fevereiro de 2022, uma faixa de pedestres pintada com as cores da bandeira que simbolicamente passou a representar a comunidade LGBTQIAPN+ foi criada no centro da cidade transfronteiriça de Foz do Iguaçu (cidade paranaense que faz fronteira com o Brasil e a Argentina) em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro). Uma semana após o ocorrido, a faixa foi apagada e substituída por uma faixa de pedestres padrão, sob alegação oficial no Ministério Público do Estado do Paraná de ser demasiadamente extravagante e poluir a visibilidade de automóveis e pedestres, recomendando-se, ainda, que o a prefeitura dispensasse ações como esta que não são condizentes com o Código de Trânsito (Giombelli, 2022).

As palavras extravagante e poluir mobilizam discursos associados às vivências homossexuais ligadas à excentricidade e sujeira, contextualizando as cores do arco-íris, usadas atualmente na bandeira da comunidade gay, ressignificando este signo linguístico outrora muito associado à infância, mas que, hoje, é usado, descontextualizadamente, por grupos conservadores de direita como símbolo de pedofilia, pecado e promiscuidade, nas palavras do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (Bolsonaro *apud* Carta Capital, 2018).

Figura 1: Imagem de notícia caso faixa de pedestres em Foz do Iguaçu



Fonte: Giombelli (2022).

Tais práticas reguladoras apontam para sociedades que fomentam o ódio aos corpos subalternizados (imigrantes, negros, pobres, mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas etc.), aniquilando conceitos de democracia como uma invenção ou pacto social que garanta direitos cada vez mais igualitários (Moita Lopes, 2020). Tanto nos discursos do presidente vistos como nos enunciados do Ministério Público, nota-se o esforço de colocar os sujeitos dissidentes, principalmente aqueles que fogem à normatização compulsória sexo-gênero, à margem.

Dito isto, não podemos deixar de reafirmar que esses sujeitos, corpos dissidentes levados à margem da história, são vistos, por uma parte conservadora relevante da sociedade, como “piratas de gênero” (Preciado, 2008), sujeitos que “negaram, na crença dogmática extremista, o sexo biológico dado por Deus no nascimento” (Preciado, 2008, p. 94).

Devemos ressaltar, aqui, que entendemos o gênero – Haraway (2000); Preciado (2008); Butler (2003) – como uma categoria genérica e cultural permeada e construída a partir dos estereótipos da sexualidade, ancorados, sobretudo, na valorização da virilidade e na heteronormatividade. Isto significa dizer que as estruturas institucionais – jurídica, médica, religiosa, familiar, midiática etc. – engessam categorias de “identidades” nos termos da coerência exigida pela matriz heterocisnormativa (Butler, 2003), fazendo com que as definições culturais homem/mulher e heterossexual/homossexual sejam linguisticamente construídas pelos discursos normatizadores (e normalizadores), em direção a um engessamento identitário no interior das relações engendradas pelo sistema de poder-saber (Foucault, 1972).

Neste sentido, caso entendêssemos o gênero e a sexualidade como construções culturais, que diferem de sexo biológico, um corpo, ao nascer, ainda não é mulher ou homem, muito menos heterossexual ou homossexual. Para Butler (2003):

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino.

Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p. 26).

No pensamento de Butler, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais. Isso quer dizer que o corpo é envolvido pelos discursos, construído por meio da linguagem, desde a sua concepção. O sexo biológico, construído culturalmente como o gênero, não é anterior ao discurso, mas sim um efeito dele; nem mesmo o sexo existe pré-discursivamente (Butler, 2003). Logo no momento da descoberta do sexo do bebê, o enunciado é menina ou é menino já rotula, insere e encaixa a criança no discurso cultural – legitimado pelo discurso médico – sobre o que é ser menino ou menina, homem ou mulher. Expectativas sociais são depositadas sobre aquele sujeito, impondo-lhe e definindo as regras sociais de gênero a serem seguidas: com o que poderá brincar, quais cores deverá usar e com qual outro sujeito deverá se relacionar. Seu corpo está marcado, antes mesmo do nascimento, por significados culturais.

De acordo com essa ideia, “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (Butler, 2003, p.3 7). As discussões sobre construções e performances de gênero, então, remetem-se a uma produção discursiva, considerando que o próprio ser-no-mundo é um efeito do discurso (Moita Lopes, 2002). O sujeito não é, então, para Butler, anterior aos enunciados, tanto de si como de outros, mas é justamente um efeito do que ele expressa; não existe identidade de gênero por trás das expressões do gênero, já que as supostas “identidades” são *performativamente* constituídas (Butler, 2003).

Ao discorrer sobre a noção de gênero como ato performativo, Butler coloca o sujeito como resultado desses atos. Ser-estar-no-mundo, assim, significa performatizar, e performatizar só é possível por meio da linguagem, sendo ela construída por aparatos simbólico-culturais que utilizam o corpo para a sua realização, a partir da materialização do sujeito como um ponto determinante para as performances que se ligam ao sexo-gênero.

A partir dessas concepções de sujeito e atos performativos, o indivíduo pode ser deslocado de mantenedor de “identidades” fixas, rígidas, essencializadas (Hall, 2006), para um entrelugar (Bhabha, 2003), onde não existem “identidades” definidas pré-discursivamente, ou pré-definidas, isso

porque “nosso ser-assim é uma atividade de trilhas moventes nas quais os sentidos sobre quem somos ou podemos ser são construídos em um trânsito constante” (Fabrício, 2022, p. 11).

Contudo, obviamente, esse entrelugar do sujeito do feminismo butleriano,

Não o livra de ser engendrado pelos mecanismos de poder, mas permite que “ele” tenha maior liberdade de movimentos e maior potencial de resistência contra aquilo que ao tentar defini-lo, o imobiliza. A multiplicidade de atos e de formas de ser e de existir se constitui como a força criativa necessária ao escape de categorias identitárias e à desorganização de sequências normatizadoras. Escapar à categoria “mulher” como fundacional para o feminismo abre um campo de manobra para combater uma matriz que encontra seu potencial de “assujeitamento” justamente na imobilidade das identidades (Firmino; Porchat, 2017, p. 60).

Não há como esquecer, também, o fato de a performatividade estar em todos os atos performativos enunciativos, tanto verbais quanto não verbais, já que o sujeito é um efeito linguístico construído em tramas que envolvem poder, saber e discurso sociocultural. Para Butler (2023), o gênero não é uma propriedade dada aos indivíduos, mas representações de corpos que se constroem em ações cotidianas: língua, entonação e tom de voz, roupas, acessórios, maquiagem, tatuagens, barba, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais, trejeitos, entre outros.

Seguindo pressuposto semelhante, do gênero como uma construção linguístico-performativa, Preciado (2008) critica a visão essencialista, e até mesmo construtivista, de que o corpo é uma matéria orgânica assujeitada no nascimento, uma massa biológica definida pelas genitálias, como se o sexo (matéria) caberia aos estudos biológicos e o gênero (abstrato), às humanidades. O filósofo quebra, nesta perspectiva, o dualismo cartesiano sexo=corpo=biológico/gênero=construção=cultural, o qual acaba associando as classificações de sexo biológico, gênero e orientação sexual aos órgãos genitais, geradores da totalidade corporal, fazendo com que esses órgãos sejam não apenas vistos como reprodutores, mas também como produtores, já que dão o verdadeiro significado e, por isso, utilidade para os corpos.

Isso significa, para Preciado, que o gênero é um efeito da linguagem, do imaginário cultural, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas construídas nos corpos, sendo eles produzidos por uma maquinaria de produção, as quais criam discursos que se apoiam nas instituições do Estado, inventando as categorias homem e mulher para todas as pessoas. O gênero, portanto, seria um produto de várias tecnologias sexuais, produções oriundas de discursos e práticas discursivas religiosas, jurídicas, familiares, científicas, escolares, artísticas, literárias, econômicas, demográficas, entre outras que se apoiam nas instituições do Estado.

A medicina, e as diversas ciências da saúde, dessa forma, regulam os corpos e evitam que sejam ambíguos, isso para que se encaixem na lógica homem/mulher, como é o que ocorre com algumas crianças intersexuais³ que passam por processos operatórios para poderem se encaixar no binarismo dos gêneros. Por isso, a atribuição do sexo não é natural, mas um processo linguístico-cultural, social e político.

2. Armários Virtuais na Fronteira: Sigilo e Anonimato nos Aplicativos de Relacionamentos

A atual sociedade em rede possibilitou o surgimento dos aplicativos móveis de relacionamentos frente a uma das mais revolucionárias transformações sociais de interações humanas. Essas plataformas virtuais surgiram como um território em rede, ao mesmo tempo em que serviram e servem para a realização da interação entre dois espaços aparentemente distantes e incomunicáveis. O espaço digital tornou-se um movimentado cenário de vivências amorosas, onde é possível procurar e realizar novas formas de relações, tendo em vista suas infinitas possibilidades de encontrar parceiros sexuais virtuais que podem vir a se tornar parceiros físicos.

³ Até poucos anos atrás, o termo hermafrodita era muito utilizado, sobretudo na biologia, para nomear os indivíduos, e espécies não-humanas, que tinham as características físicas de uma mulher, mas os códigos genéticos de homem. Hermafroditismo, então, era um termo muito comum para designar a condição na qual a pessoa nasce com dois órgãos sexuais, tanto masculino quanto feminino. Hoje, a área da saúde, sobretudo a psicologia, chama tal fenômeno de Síndrome da Insensibilidade Parcial aos Andrógenos, conhecido na área médica como um dos tipos mais comuns de intersexualidade (Preciado, 2008).

Além disso, nesse território, é possível criar vários papéis sociais para o anonimato e segurança nas interações (Silva, 2012), o que justifica o fato de a maioria dos usuários dessas novas plataformas serem homens que se relacionam com homens (como o *Grindr*, *Hornet*, *Scruff*, *Tinder*, *Manhunt*, entre outros), já que as práticas homoeróticas, há alguns anos, ocorriam, em sua grande parte, à deriva (Green, 1999), obrigando esses sujeitos a manterem relações em lugares escondidos para fugir da vigilância do poder que normatiza as ações e práticas sociais (Foucault, 2004).

Cada usuário desses armários virtuais tem a possibilidade de performatizar a vida cotidiana, isto é, construir diferentes narrativas moldando um perfil com discursos e enunciados (imagéticos e linguísticos) sobre si mesmos, palavras que nos levam a um repertório sônico de inúmeros sentidos. Não são apenas os textos verbais de perfil que constroem essas representações, mas também os recortes das fotografias postadas. Basta dar uma rápida olhada nos perfis dos aplicativos para encontrarmos dezenas de fotos nas quais o corpo passa a ser o “cartão de visitas”, já que, obviamente, é ele o responsável em causar a primeira impressão (Le Breton, 2006, p. 67).

Ao mesmo tempo em que o corpo é exaltado, cultuado e hipervalorizado, na maioria das vezes, o rosto é ocultado, e essa estratégia de mascarar a identidade varia de acordo com a localização geográfica em âmbito nacional. De acordo com pesquisas recentes (Miskolci, 2017; Monica; Costa, 2020), é possível observar que o padrão de perfis de acesso ao aplicativo modifica-se ao comparamos cidades pequenas e de médio porte com cidades grandes e metrópoles. Quanto maior a cidade, menor é a preocupação com a privacidade e o sigilo, ou seja, menos os usuários se sentem incomodados em mostrar o rosto; ao passo que, quanto menor a cidade, maior é essa preocupação, já que, neste último caso, pelo fato de a região territorial ser menor, é mais fácil que as pessoas se conheçam, fazendo com que seja maior a probabilidade de amigos próximos e familiares se encontrarem e se reconhecerem dentro dos apps.

Apesar de Foz do Iguaçu ser uma das cidades mais importantes do estado do Paraná, com uma população estimada em quase 260 mil habitantes, (Berger; Elsenbach, 2017) e forte potencial de desenvolvimento na área do turismo, ainda é uma das regiões do país com maior número de grupos conservadores de direita contrários à diversidade sexual e religiosa. Basta observarmos a imagem abaixo, publicada no site do jornal Gazeta do Povo, dos resultados das eleições de 2018 e percebermos o alto índice de aprovação do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na cidade

transfronteiriça, o qual já propagou inúmeros discursos racistas, homofóbicos, golpistas e negacionistas da ciência (Moita Lopes, 2022).

Figura 2: Imagem resultado das eleições presidenciais em Foz do Iguaçu 2018



Fonte: Jornal Gazeta do Povo (2018).

Grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, perfis do *Instagram* e comunidades do *Facebook* também têm servido de palco de apoio ao ex-presidente, o qual tem procurado e recebido respaldo político-ideológico da parte de grupos específicos, sobretudo militares, fazendeiros e evangélicos, além de todas suas investidas verbais contra as instituições democráticas (Moita Lopes, 2020). Não raros, também, são os discursos que colocam Deus, Pátria, Família e Liberdade como formuladores para a construção de uma performance conservadora e tradicional.

Outrossim, devemos lembrar que Foz do Iguaçu está localizada na região sul do Brasil, predominantemente branca, cristã e com inúmeros grupos separatistas e autointitulados nacionalistas patriotas. Como afirma Ávila (2016),

É importante notar que o Paraná é um estado considerado como extremamente conservador. Por exemplo, em Foz do

Iguaçu, em 2015, quando realizamos o evento Trans Day na cidade, havia diversos outdoors com propaganda contra o que as/os deputadas/os da bancada evangélica chamam de “ideologia de gênero”. Um deles estava instalado na avenida Beira Rio, financiado com dinheiro público pelo gabinete da deputada estadual Cláudia Pereira, casada com o então prefeito da cidade, Reni Pereira. [...] Assistimos atualmente ao fortalecimento da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, que insiste em atacar sistematicamente os poucos direitos já adquiridos por homossexuais e impedir que novos sejam conquistados. Nesse contexto, Foz do Iguaçu é uma cidade do interior, com uma cultura conservadora no que se refere ao respeito pela diversidade sexual e de gênero, e não difere do restante do nosso país. Embora situada em uma região de fronteira, ainda se configura como uma cidade que oferece incipientes políticas públicas voltadas para sua população LGBT+ (Ávila, 2016, p. 488).

E é no ciberespaço que esses discursos conservadores se materializam mais fortemente na contemporaneidade, isso porque, como afirmam Moita Lopes (2020, p. 17), “a internet é a casa da nova direita”.

3. “Deus, Pátria e Família”: Conservadorismo e Homofobia na Fronteira

Devemos lembrar que foi pela internet que o projeto de lei nº 95/2017 (Brasil, 2017), o qual institui o programa Escola sem Partido, projeto que limitava e/ou extinguiu nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a discussão sobre política, identidade de gênero e orientação sexual ganhou força e repercussão na fronteira em 2018 (Migalhas, 2020). Além disso, o criador do projeto, o médico e vereador Dr. Brito (PEN), encaminhou, juntamente à Câmara de Vereadores, a emenda nº01/2017 à Lei Orgânica Municipal de Foz do Iguaçu, (Foz do Iguaçu, 2017), a qual impede a utilização da palavra gênero ou qualquer referência ao termo:

Ficam vedadas em todas as dependências das instituições da rede municipal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina

obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual (Foz do Iguaçu, 2017).

Uma imagem com a figura do ex-presidente e do ex-vereador foi repassada em inúmeros grupos em redes sociais na fronteira, na qual constava a frase: Foz, aqui não se ensina Ideologia de Gênero para crianças na rede municipal de ensino e temos Escola Sem Partido. Ademais, no campo dos discursos imagéticos, observa-se o uso das cores verde e amarelo para compor o panfleto virtual, bem como a imagem da própria bandeira do Brasil sendo segurada com força por uma mão cerrada pintada de verde, o que contextualiza a representação do herói nacional e patriótico disposto a lutar contra qualquer ataque à sagrada instituição da família tradicional.

O que se percebe na semiótica da figura viralizada, também, é a combinação de um estilo e um conteúdo textual que objetiva colocar Jair Bolsonaro na posição de legítimo porta-voz da nação e dos nacionalistas: as cores da bandeira nacional, símbolo amplamente utilizado pelo ex-presidente e seus eleitores, com uma mensagem que visa alertar sobre uma suposta e perigosa “praga comunista” (Junqueira, 2018, p. 11), enfatizada pela mão fechada como símbolo de união entre os autointitulados nacionalistas em torno de um projeto de governo preparado para combater qualquer “ideologia anticristã”. Ou seja, uma tentativa de reafirmar o conservadorismo religioso ligado ao gênero e à sexualidade por meio de referências patriótica de extremismo nacionalista. Em outras palavras,

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. Entre os objetivos dessas ofensivas adquirem centralidade os de entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos

humanos, de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários (Junqueira, 2018, p. 451).

Depois de toda a repercussão do caso, e viralização da citada imagem em grupos de redes sociais – o que acabou fortalecendo ainda mais, na cidade, a campanha de Jair Bolsonaro, de 2018 –, em maio de 2020, o plenário virtual do STF, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia, em decisão unânime, julgou o processo inconstitucional, sob o argumento de que:

A norma impugnada contraria o princípio da isonomia (art. 5º da Constituição da República) ao estabelecer para professores e estudantes da rede pública de ensino do Município de Foz do Iguaçu vedação à abordagem de tema não havida como legítima na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e certamente contrária aos princípios constitucionais (APP Sindicato, *apud* Migalhas, 2020).

Não muito diferente de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, cidade vizinha e a 2ª maior cidade do Paraguai, localizada a 327 km da capital – Assunção –, com pouco mais de 300 mil habitantes, também é um distrito que possui a maior parte dos usuários de aplicativos de relacionamentos com perfis de rostos cortados ou escondidos, e por motivos semelhantes à cidade vizinha brasileira, como o conservadorismo religioso e a homofobia institucionalizada.

Em 2015, por exemplo, um deputado da cidade se declarou abertamente contra as organizações LGBTQIAPN+ e prometeu lutar a favor das famílias em sua constituição original. Seu lema de campanha foi Deus, Pátria e Família e foi usado, também, em redes sociais pelo candidato governista Santiago Peña. Ademais, o Partido Colorado da cidade apresentou um projeto de lei de proteção à família, no qual afirmava-se que as pessoas não casadas não poderiam adotar porque seu estilo de vida não é adequado para criar filhos (BBC, 2023).

Por último, cabe discutir o caso de Puerto Iguazú – outro município que faz fronteira com Foz do Iguaçu –, cidade de 105 mil habitantes, localizada na região de Misiones, no norte da Argentina. Sendo a menor cidade dentre as três que compõem a conhecida Tríplice Fronteira do Iguaçu, e apesar de a Argentina ser um dos países da América Latina com maiores avanços em relação aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, nos últimos anos (Opera, 2021), Puerto Iguazú é uma cidade que ainda resiste muito à aceitação da representatividade *queer*.

Basta lembrarmos do polêmico caso ocorrido em 2015, sobre o cancelamento do 1º Festival Internacional Gay, o qual aconteceria em setembro daquele ano no centro da cidade. Sob alegação de falta de recursos, o governo suspendeu o evento afirmando que ele seria adiado, o que nunca aconteceu (Opera, 2021). O então produtor, Ricardo Guede, acusou, na época, o Ministério do Turismo de Misiones de discriminação homofóbica, alegando que tal cancelamento haveria acontecido a pedido do arcebispo da cidade de Puerto Iguazú, o monsenhor Marcelo Martorel (Opera, 2021).

Em suma, os espaços físico-geográficos e o ciberespaço, tomados aqui como espaços públicos, são como “arenas sociais” – circunscrições nas quais o controle, a disciplina, o pertencimento e a filiação operam e nos quais estão sendo desempenhados (Blommaert, 2010). Além disso, o espaço público, segundo Blommaert (2010), é também um instrumento de poder, disciplina, controle e regulação: organiza as dinâmicas sociais implantadas nesse espaço. Dessa forma, consideramos que as redes virtuais, as páginas do *Instagram*, os grupos de *WhatsApp*, as comunidades do *Facebook* etc. performatizam esta arena social, em que seus usuários e suas práticas linguísticas refletem suas ideologias, pertencimento e a filiação àquele local.

Contudo, não estamos querendo dizer com isso que as manifestações linguísticas estão restritas ao ambiente digital, pelo contrário, percebemos, também, neste cenário, que as narrativas ligadas ao conservadorismo homofóbico se materializam no espaço público urbano, físico, das suas fronteiras:

Figura 3: Imagem escrita no muro do centro da cidade



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador. Capturada em 25/04/2022.

A frase do muro acima (“Galvão Bueno da Globo frequenta boate ‘gay’ no Rio!”) foi escrita em uma das ruas centrais mais movimentadas de Foz do Iguaçu. O que nos chama a atenção é a palavra “gay” estar escrito entre aspas na parede do centro da cidade, provavelmente para chamar a atenção e fazer relação sógnica do sujeito gay com suas práticas, claramente enunciadas de maneira pejorativa e homofóbica, criando-se uma relação entre o fato de o apresentador e locutor Galvão Bueno ser homossexual apenas por supostamente frequentar um espaço com um público predominantemente gay.

Ainda cabe salientar que, segundo Blommaert (2010), ao construirmos discursos, defendemos ideologicamente nossos interesses e formulamos nossas práticas e ações no mundo, podendo ser construído tanto discursos libertadores e democráticos quanto discursos hegemônicos e opressores, por isso, as palavras passam a servir como uma forma de demarcação de espaços (Blommaert, 2010). Deste modo, ao observarmos esses espaços e darmos sentidos a eles, os signos linguísticos hegemônicos passam a constituir a paisagem linguística do local, assumindo uma perspectiva social da expressão:

Uma paisagem linguística é também uma paisagem sócio-histórica e cultural, formada não apenas por recursos linguísticos dispostos em não-lugares, mas também por pessoas que participam de interações a todo tempo com outros falantes (inclusive de outras variedades), têm suas próprias experiências, vivências, histórias, motivações e objetivos, bem como suas próprias redes sociais locais e translocais. A paisagem, então, deve ser entendida como um conjunto de todos esses elementos, que subjazem e podem constituir um meio ambiente propício a variações linguísticas (Salgado, 2016, p. 211).

Ao analisarmos paisagens linguísticas, é necessário que observemos como as pessoas que produzem os signos linguísticos que compõem essas paisagens se relacionam com os espaços nos quais estão inseridos. Essas paisagens criam os signos e escolhem como eles devem ser usados, por isso, a importância de entender que a constituição de uma paisagem linguística se dá mediante um processo contínuo de re(criação) de significados para os signos linguísticos. Isso quer dizer que esses signos não são escolhidos arbitrariamente ou de forma aleatória, eles estão ali presentes porque se relacionam com diversos aspectos da vida dos sujeitos que compõem a paisagem linguística dos espaços (Salgado, 2016).

Portanto, os recursos linguísticos visuais inseridos em um meio ambiente relacionam-se diretamente às pessoas, uma vez que são elas quem os produzem e escolhem como usá-los (Salgado, 2016). Em outras palavras, de acordo com Haesbaert (2006), o território está correlacionado com poder, mas não aquele conceito tradicional de poder político, mas ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (Foucault, 1988). Quanto mais próximo das esferas políticas e econômicas o território se insere, mais ele é tomado como um mecanismo de dominação.

Não podemos negar, então, que apesar da comunidade LGBTQIAPN+ estar conquistando, nas últimas décadas, direitos historicamente restritos a uma elite burguesa cisheteronormativa – como o casamento civil, representações midiáticas e aprofundamento do debate público sobre a existência e as vivências de sujeitos dissidentes (Camargo, 2019) –, ainda presenciamos a aterradora reação dessa mesma elite conservadora em sua pretensão de continuar o alijamento desses sujeitos e seus afetos na tentativa de perpetuar alguns preceitos ideológicos de

extrema direita, como o machismo, o patriarcado, a heteronormatividade e todos os preconceitos a eles atrelados, dando continuidade, deste modo, ao poder hegemônico que colocou, ao longo da história, essa população à subalternidade e à marginalização (Butler, 2019).

Últimas considerações

O objetivo deste artigo foi propor uma análise linguística e cultural sobre as temáticas que envolvem gênero e sexualidade, na região da cidade transfronteiriça de Foz do Iguaçu, Paraná, a partir dos discursos heteronormativos e conservadores da sociedade atual, narrativas estas que forcem sujeitos de corpos e sexualidades dissidentes a permanecerem no silenciamento e no anonimato, fazendo com que utilizem os aplicativos de relacionamentos, em plataformas digitais, para a materialização de seus desejos.

A metáfora do sair do armário, ou esconder-se em um “armário virtual”, possibilitaram compreender um pouco mais a respeito das experiências homoeróticas clandestinas, sobretudo em territórios onde o conservadorismo e a homofobia ainda estão muito presentes, como na região de fronteira neste trabalho citado. Estar no armário é um mecanismo de autodefesa para as vidas LGBTQIAPN+ que, no fundo, acabam sendo solitárias e, ao mesmo tempo, este mesmo armário é onde suas práticas, sonhos e desejos não são julgados ou perseguidos. Esses corpos – cruelmente considerados “infames”, “corpos que não importam” (Butler, 2019) e “descartáveis” (Mbembe, 2018) – são as principais vítimas dessas ideias do pensamento conservador que se usufrui da instituição religiosa, do pensamento eugenista e do patriarcado (Deus, Pátria e Família) para justificar suas práticas fascistas, condutas antidemocráticas e ações discriminatórias.

Por isso, dentre as inúmeras possibilidades de construção dessas performances identitárias, a masculinidade efeminada – ter o corpo biológico classificado como homem no nascimento, mas assemelhar-se a uma mulher na aparência, trejeitos e tom de voz – torna o sujeito que a ela se vincula como um corpo de menor valor, inclusive na própria comunidade LGBTQIAPN+. Portanto, a heteronormatividade apresenta-se como hegemônica e compulsória (Butler, 2003), pois acaba sendo imposta e regida por estratégicos mecanismos de poder e conduta (Foucault, 1988).

Inclusive, são esses também os critérios de validação corporal que os aplicativos de relacionamentos utilizam para a segregação dos corpos que são requisitados, aceitáveis ou descartáveis.

A contenção dos sentimentos e a economia da visibilidade, por isso, tornam-se saídas para que o preconceito, o ódio, a repulsa e exclusão do outro – fatores oriundos do conservadorismo radical gerador da LGBTfobia – não sejam resultados para os desejos homoeróticos assumidos. Isso acontece porque a visibilidade sexual mantém hierarquias, com escopos e perfis de reconhecimento que vão dos mais aceitos socialmente (como os heterossexuais, especialmente os de pares monogâmicos com filhos), passando por aqueles que começaram a negociar sua visibilidade (a exemplo de homens gays socioeconomicamente privilegiados) até os que foram mantidos ou relegados à abjeção (como transsexuais e travestis, por exemplo).

A livre expressão da sexualidade foi, e em muitos lugares ainda é, uma afronta aos valores tradicionais cultivados pelas famílias conservadoras brasileiras, as quais, supostamente, representam a defesa da moral e dos bons costumes, “crucificando” a dinâmica do universo das sexualidades dissidentes: “pecado, falta de vergonha, anormalidade, degeneração, e até doença, eram as chaves mais tradicionais desta visão que prestigia a situação específica do sexo em uma sociedade que passa por profundas mudanças nos costumes” (Quinalha, 2017, p. 315).

Por isso, é fundamental que debates públicos sejam propostos, dentro e fora da universidade, lutas e movimentos de integração dos corpos LGBTQIAPN+ sejam criados e organizados para a defesa de direitos básicos, inclusive o de existir, e políticas públicas sejam pensadas e elaboradas para a construção de novas e outras narrativas que contribuam, de algum modo, para despertar algumas inquietações, olhando para o passado, no presente, desejando um futuro em que os armários sejam claustrofóbicos demais para se estar.

Referências

A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização. **FundoBrasil**. 13/07/2021. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbt-fobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/> Acesso em 16 de jan. 2023.

ÁVILA, Simone. Sexualidade no interior conservador brasileiro: uma experiência de educação para a diversidade sexual e de gênero em Foz do Iguaçu. **Revista de Antropologia**. Manaus, v. 8, n. 2, jul./dez. p. 480-495, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BBC. Quem é Santiago Peña, novo presidente do Paraguai. **BBC News Brasil**, 30 de abril de 2023, Política. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cnejwml49vgo>. Acesso em 07 jun. 2024.

BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, Isis Ribeiro; ELSNBACH, Laís Rafaelly Jardim. Gestão do multilinguismo no espaço visual público em Foz do Iguaçu: um estudo sobre a visibilidade da diversidade linguística. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 433-456, ago./dez. 2017.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BLOMMAERT, Jan. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: CUP, 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 95, de 2017**. Institui o programa Escola sem Partido e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em 13 dez. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: N-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Mábia. **“Acuenda esse bajubá!”: indexicalidades e interseccionalidades nas performances narrativas de uma travesti quilombola**. 202 páginas. Tese de Doutorado, UFRJ. Rio de Janeiro. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 29 de outubro de 2018, Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas>. Acesso em 07 jun. 2024.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Nosso ser-assim é uma atividade. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da et al. **Estudos Queer em Linguística Aplicada Indisciplinar**: gênero, sexualidade, classe e raça. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London, New York: Gongman, 1992.

FIRMINO, Flávio Henrique.; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”. Doxa: **Rev. Bras. Psicol. Educ.** Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./ jun. 2017. ISSN: 1413-2060.

FOZ DO IGUAÇU. Câmara de Vereadores. **Emenda nº 01, de 2017, à Lei Orgânica Municipal**. Altera dispositivos referentes à administração pública municipal. Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br>. Acesso em 07 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

GAZETA DO POVO, Resultados para Presidente no Paraná em Foz do Iguaçu (PR). **Jornal Gazeta do Povo. Paraná**, 7 de outubro de 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-parana/foz-do-iguacu-pr/presidente>. Acesso em 12 de dez. 2022.

GIOMBELLI, Giovana. Prefeitura de Foz do Iguaçu retira faixa de pedestres com cores da bandeira LGBTQIA+ após recomendação do MP para remover 'pintura extravagante'. **G1**, Foz do Iguaçu, 9 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste>

/noticia/2022/02/09/prefeitura-de-foz-do-iguacu-retira-faixa-de-pedestres-com-cores-da-bandeira-lgbtqia-apos-recomendacao-do-mp-para-remover-pintura-extravagante.ghml. Acesso em 16 jan. de 2023.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: EdUNESP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 8, p. 410-425, 2018.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Ettore Stefani de. **Textos Verbo-visuais de homens que se relacionam afetivosexualmente com homens: Te(n)sões entre Masculinidades no Aplicativo Grindr**. 156 páginas. Dissertação de Mestrado - UFMG. Belo Horizonte. 2018.

MENDES, Juliana. Tribunal de Justiça promove campanha de combate ao crime de LGBTfobia. **Portal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, São Luís, 8 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/506418/tribunal-de-justica-promove-campanha-de-combate-ao-crime-de-lgbtqfobia>. Acesso em 07 de jun. de 2024.

MIGALHAS. É inconstitucional trecho de lei de Foz do Iguaçu proibindo ensino de “ideologia de gênero”. **Jornal Migalhas**, Foz do Iguaçu, 9 de maio de 2020. Educação. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/326475/e-inconstitucional-trecho-de-lei-de-foz-do-iguacu-proibindo-ensino-de-ideologia-de-genero>. Acesso em 7 jul. 2023.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada Indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da *et al.* **Estudos Queer em Linguística Aplicada Indisciplinar**: gênero, sexualidade, classe e raça. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella. Por uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília, v. 19, n. 2, p. 371-387, 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MONICA, Eder Fernandes; COSTA, Ramon Silva. Privacidade, liberdade sexual e sigilo: sentidos de liberdade no aplicativo Grindr. **Interfaces Científicas**. n. 2, p. 99-115, 2020.

OPERA. Os direitos LGBTI+ na América Latina. **Revista Opera**. 29 de junho de 2021, Política. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2021/06/29/os-direitos-lgbti-na-america-latina>. Acesso em: Acesso em 07 jun. 2024.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Madrid: N-1 edições, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Histórico**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 329 páginas.. Tese de Doutorado USP – São Paulo. 2017.

SALGADO, Ana Claudia Peters. Paisagem linguística e repertórios em tempos de diversidade: uma situação em perspectiva. **Revista Calidoscópio**. Unisinos – RS, v. 14, n. 2, p. 219-228, 2016.

SANTOS, Izaac Azevedo dos. **Narrativas de um adolescente homoerótico**: conflitos do “eu” na rede de relações sociais da infância à adolescência. Rio de Janeiro. 180 páginas. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ZAGO, Luiz Felipe. Pornotopias: espaço, mídias e sexualidade. **Revista E-compós**. Brasília, v. 9, n. 3, p. 2-19, 2016.